

## AVISO-CONVITE PARA APRESENTAÇÃO DE CANDIDATURAS

### PROGRAMA OPERACIONAL REGIONAL DA MADEIRA 2014-2020 (MADEIRA 14-20)

#### EIXO PRIORITÁRIO 14

Promoção do Emprego e da Inclusão Social em consequência dos efeitos económicos e sociais da pandemia Covid-19 (FSE)

#### PRIORIDADE DE INVESTIMENTO (PI)

**13.i** (FSE) Promoção da recuperação da crise no contexto da pandemia de COVID-19 e preparação de uma recuperação ecológica, digital e resiliente da economia

#### OBJETIVO ESPECÍFICO

**14ei1** Contribuir para a promoção do emprego e a empregabilidade de pessoas desfavorecidas face ao mercado de trabalho - FSE

#### DOMÍNIO DE INTERVENÇÃO

**102.** Acesso ao emprego pelos candidatos a emprego e os inativos, incluindo desempregados de longa duração e pessoas afastadas do mercado de trabalho, igualmente através de iniciativas locais de emprego e de apoio à mobilidade dos trabalhadores

#### TIPOLOGIA DE INTERVENÇÃO

**G3.** REACT\_EU - Inclusão ativa de grupos vulneráveis

#### TIPOLOGIA DE OPERAÇÃO

**11-14-63-09** - REACT\_EU - Programa de Ocupação Temporária de Desempregados

#### REGULAMENTO ESPECÍFICO DO MADEIRA 14-20

Portaria n.º 73/2015 de 25 de março, alterada pela Portaria n.º 187/2015, de 14 de outubro, pela Portaria n.º 151/2018, de 08 de maio, pela Portaria n.º 62/2021, de 3 de março e pela Portaria 313/2021 de 11 de julho.

Portaria n.º 137/2014, de 6 de agosto, alterada e republicada pela Portaria n.º 81/2015, de 14 de abril e pela Portaria n.º 42/2020, de 19 de fevereiro de 2020.

Versão	Data	Alterações
1.0	29/12/2022	Versão inicial
1.1	24/01/2023	1.ª Alteração – PRORROGAÇÃO DA DATA DURAÇÃO MÁXIMA DAS OPERAÇÕES A APOIAR (PONTO 11) PARA 30-09-2023

**DATA DE ABERTURA:** 29/12/2022 às 10:00H **DATA DE FECHO:** 30/01/2023 às 17:00 HORAS

**AVISO FSE:** M1420-G3-2022-25

## AVISO PARA APRESENTAÇÃO DE CANDIDATURAS

### PROGRAMA OPERACIONAL MADEIRA 14-20

#### 1. Âmbito e Objetivos do Aviso

O presente aviso de abertura para apresentação de candidaturas visa estabelecer as condições de atribuição dos apoios a conceder nos termos previstos no n.º 6 do artigo 16.º do Decreto-Lei 159/2014, de 27 de outubro.

O impacto da pandemia e das medidas tomadas para controlar a respetiva propagação traduziu-se na Região num profundo choque e deterioração do crescimento económico, do emprego e no agravamento das vulnerabilidades sociais.

A última reprogramação do Programa Operacional Madeira 14-20, aprovada a 04-06-2021, através decisão da Comissão C(2021) 4153, na sequência da Resolução nº 405/2021, de 11 de maio de 2021, que procede à incorporação da iniciativa REACT-EU, adotada pelo Regulamento (UE) 2020/2021, de 23 de dezembro de 2020, que altera o Regulamento (UE) nº1303/2013 de 17 de dezembro, foi totalmente orientada para a necessidade de resposta à emergência socioeconómica decorrente do agravamento da pandemia, concentra os recursos adicionais provenientes do REACT-EU em dois eixos, sendo um deles o *Eixo 14 - Promoção do Emprego e da Inclusão Social em consequência dos efeitos económicos e sociais da pandemia Covid-19 (FSE)*, através da PI 13.i. “Promoção da reparação de crises no contexto da pandemia de COVID-19, e respetivas consequências sociais, e preparação de uma recuperação ecológica, digital e resiliente da economia”.

Assim, com este aviso pretende-se a integração de desempregados evitando o seu prolongado afastamento de mercado de trabalho concedendo-lhes assim uma maior hipótese de reintegração social e laboral, através da Ocupação Temporária de Desempregados em atividades socialmente úteis, desenvolvidas por entidades públicas ou sem fins lucrativos, apoio este regulamentado pela Portaria n.º 137/2014, de 6 de agosto, alterada e republicada pela Portaria n.º 81/2015, de 14 de abril, pela Portaria n.º 32/2016, de 29 de janeiro de 2016, pela Portaria nº260/2016, de 7 de julho de 2016, pela Portaria nº24/2018 de 31 de janeiro de 2018 e pela Portaria nº42/2020 de 19 de fevereiro.

#### 2. Beneficiários

Constitui-se como beneficiária da tipologia, nos termos previstos no Anexo I da Portaria 73/2015 de 25 de março, na sua atual redação:

- Pessoas coletivas de direito público pertencentes à Administração Regional e Local, incluindo entidades públicas equiparadas, mais especificamente a seguinte entidade:

- Instituto de Emprego da Madeira, IP-RAM

#### 3. Destinatários

Podem aceder a esta oferta, para efeitos de financiamento, os destinatários definidos no art. 4º da Portaria nº 137/2014, de 6 de agosto, na sua atual redação.

#### 4. Tipologia de Operações

O presente aviso diz respeito à Tipologia de Operação prevista no Anexo I da Portaria n.º 73 /2015 de 25 de março, alterada pela Portaria n.º 187/2015, de 14 de outubro, pela Portaria n.º 151/2018, de 08 de maio, pela Portaria n.º 62/2021, de 3 de março e pela Portaria nº 313/2021 de 11 de julho: “Integração de desempregados: Programa de Ocupação Temporária de Desempregados”.

O incumprimento do respeito da Tipologia de Operação prevista neste Aviso determina a não conformidade da candidatura

com o Aviso e consequentemente a não aprovação da candidatura.

## 5. Âmbito Geográfico

São elegíveis as operações localizadas na Região Autónoma da Madeira, nos termos do artigo 2.º, da Portaria n.º 73/2015 de 25 de março, na sua atual redação.

## 6. Natureza do financiamento

A forma do apoio a conceder às candidaturas a aprovar no âmbito do presente Aviso, reveste a natureza de subvenções não reembolsáveis, nos termos do artigo 12.º da Portaria n.º 73/2015, de 25 de março, na sua atual redação.

## 7. Dotação financeira máxima indicativa e taxa de financiamento

A dotação máxima indicativa de Fundo Social Europeu (FSE) afeta ao presente Aviso é de **€ 1 246.000,00** (um milhão de duzentos e quarenta e seis mil euros).

A taxa financiamento FSE a aplicar às operações a aprovar é de 100% das despesas elegíveis, de acordo com o artigo 11.º da Portaria n.º 73/2015, de 25 de março, na sua atual redação.

## 8. Limite ao número e montante de financiamento público das candidaturas a apresentar

A entidade apenas deverá apresentar uma candidatura no âmbito do presente aviso.

## 9. Elegibilidade das candidaturas e das despesas a cofinanciar

### 9.1. Critérios de elegibilidade do beneficiário

O beneficiário abrangido pelo presente Aviso terá que assegurar o cumprimento do disposto no artigo 7.º da Portaria n.º 73/2015, de 25 de março, na sua atual redação, bem como declarar ou comprovar, se para tanto for notificado, que cumpre os critérios previstos no artigo 13.º e que não está sujeito aos impedimentos e condicionamentos constantes do artigo 14.º, ambos do Decreto-Lei n.º 159/2014, de 27 de outubro, na sua atual redação.

### 9.2. Critérios de elegibilidade das operações

As operações candidatas no âmbito do presente Aviso têm de demonstrar o respeito pelos objetivos do presente Aviso e tipologias de operações previstas no ponto 4 deste Aviso, bem como evidenciar que satisfazem os critérios de elegibilidade das operações fixados no artigo 8.º da Portaria n.º 73/2015, de 25 de março, na sua atual redação.

### 9.3. Elegibilidade de despesas e regras de financiamento

Os montantes elegíveis obedecem aos limites e regras de elegibilidade definidas na Portaria n.º 73/2015, de 25 de março, na sua redação atual e na Portaria n.º 137/2014, de 6 de agosto, na sua atual redação.

## 10. Modo de apresentação das candidaturas

As candidaturas deverão ser submetidas no Balcão 2020 (<https://balcao.portugal2020.pt>), através do acesso ao Portal Portugal 2020, instruídas de acordo com as disposições previstas no Decreto-Lei n.º 159/2014, de 27 de outubro, na sua atual redação, e nos termos e condições fixadas no presente Aviso. Para o efeito, o beneficiário deverá obter a credenciação prévia necessária no Balcão do Portugal 2020.

Nessa área reservada pode já constar um conjunto de dados relativo à caracterização da entidade beneficiária, que

devem ser confirmados e completados, servindo de suporte às candidaturas a apresentar ao Portugal 2020.

### 11. Duração máxima das operações a apoiar

As operações a apoiar ao abrigo do presente aviso devem estar concluídas, **até 30/09/2023**, sendo que o respetivo pedido de pagamento de saldo, com as despesas incorridas e pagas, deve ser submetido, impreterivelmente, até ao dia 31/12/2023, data final de elegibilidade do Programa Madeira 14-20.

### 12. Admissão, seleção e decisão das candidaturas

O processo de decisão das candidaturas integra duas fases:

i. Análise de admissibilidade através da verificação das condições de elegibilidade dos beneficiários, nos termos dos artigos 13.º e 14.º do Decreto-Lei n.º 159/2014, de 27 de outubro, na sua atual redação, e dos critérios de elegibilidade definidos para a operação, a realizar pela autoridade de gestão, em conformidade com o definido no Programa;

ii. Decisão sobre o financiamento das candidaturas em conformidade com as regras de elegibilidade definidas e tendo em conta as disponibilidades financeiras. A decisão fundamentada sobre as candidaturas é proferida pelo Instituto de Desenvolvimento Regional, IP-RAM (IDR, IPRAM), enquanto Autoridade de Gestão do Madeira 14-20, no prazo de 60 dias úteis, a contar da data de encerramento do concurso, nos termos do artigo 20.º do Decreto-Lei n.º 159/2014, na sua atual redação. O prazo referido suspende-se em 10 dias úteis, quando sejam solicitados aos beneficiários quaisquer esclarecimentos, informações ou documentos, o que só deve ocorrer por uma vez. Concluído este prazo, se não forem prestados os esclarecimentos requeridos ao beneficiário pelo IDR, IP-RAM, a respetiva candidatura é analisada com os documentos e informação disponíveis.

### 13. Pedidos de alteração e regime de financiamento

A aceitação da decisão de aprovação da candidatura pelo beneficiário confere-lhe o direito a receber o financiamento para a realização das respetivas operações, nos termos do disposto nos n.ºs 6 e 7 do artigo 25.º do Decreto-Lei n.º 159/2014, de 27 de outubro, na sua atual redação.

O beneficiário tem direito, para cada candidatura aprovada, a receber um adiantamento no valor correspondente a 15% do montante do financiamento aprovado, o qual é processado quando se cumpram, cumulativamente, as seguintes condições:

- a) Envio do termo de aceitação da decisão de aprovação, devidamente formalizado nos termos legais;
- b) Verificação da situação tributária e contributiva regularizada perante, respetivamente, a administração fiscal e a segurança social;
- c) Verificação de situação regularizada em matéria de restituições no âmbito dos financiamentos do Fundo Social Europeu (FSE);
- d) Comunicação do início ou reinício da operação.

Os pedidos de reembolso são efetuados com uma periodicidade mínima bimestral, devendo o beneficiário submeter eletronicamente, no Balcão 2020, os dados físicos e financeiros requeridos.

Os pedidos de alteração à decisão de aprovação são igualmente formalizados na plataforma eletrónica do Balcão 2020.

Se o beneficiário não for notificado da decisão no prazo máximo de 30 dias úteis, o pedido de alteração considera-se tacitamente deferido, excetuando-se as situações que determinem alterações ao plano financeiro aprovado, as quais exigem decisão expressa a ser proferida no prazo de 60 dias úteis, sem prejuízo do previsto nos n.ºs. 7 e 8 do artigo 20.º do Decreto-Lei n.º 159/2014, de 27 de outubro, na sua atual redação.

Quando, nas candidaturas plurianuais, o financiamento aprovado para o ano civil não seja integralmente executado, as verbas em causa transitam automaticamente para o ano civil seguinte.

Tratando-se de candidaturas plurianuais, o beneficiário fica obrigado a submeter eletronicamente, até 1 de março de cada ano, a informação anual da execução física e financeira, reportada a 31 de dezembro do ano anterior, ao abrigo do disposto na alínea b) do n.º 7 do artigo 25.º do Decreto-Lei nº 159/2014, de 27 de outubro, na sua atual redação.

A decisão dos pedidos de reembolso é emitida no prazo de 30 dias úteis, a contar da data de receção do pedido, o qual se suspende quando a autoridade de gestão solicite, cópias dos documentos originais, outros documentos ou esclarecimentos adicionais relativos ao pedido de reembolso em análise.

O beneficiário tem direito ao reembolso das despesas, desde que a soma do adiantamento e dos pagamentos intermédios de reembolso não exceda os 85% do montante total aprovado.

O pedido de pagamento de saldo final deve ser apresentado em formulário próprio, no Balcão 2020, no prazo de 45 dias úteis, a contar da data da conclusão da candidatura, referente ao período que medeia entre o último pedido de reembolso apresentado e o pedido de pagamento de saldo.

Em sede de análise dos pedidos de pagamento de reembolso e saldo é avaliada a elegibilidade e conformidade das despesas apresentadas pelo beneficiário, podendo em saldo final ser revisto o custo total aprovado em candidatura, em função do grau de execução da operação, bem como do cumprimento das metas contratualizadas.

A decisão do pedido de pagamento de saldo é emitida no prazo de 45 dias úteis, a contar da data de receção do pedido, o qual se suspende quando a autoridade de gestão solicite, cópias dos documentos originais, outros documentos ou esclarecimentos adicionais relativos ao pedido de saldo.

O pedido de pagamento de saldo final deve ser apresentado em formulário próprio, na plataforma eletrónica do sistema de informação, no prazo de 45 dias úteis, a contar da data de conclusão da candidatura.

A subvenção apenas é paga, em sede de análise do pedido de saldo final, se concluir que as metas contratualizadas em candidatura para os indicadores de realização e de resultado, foram integralmente cumpridas. Daqui resulta que no caso de incumprimento ou cumprimento parcial de uma das metas fixadas para os referidos indicadores, não será pago o montante da subvenção.

Não obstante, a modalidade de concessão da subvenção, a decisão do pedido de pagamento de saldo é emitida no prazo de 45 dias úteis, a contar da data de receção do pedido, o qual se suspende quando a autoridade de gestão solicite cópias dos documentos originais, outros documentos ou esclarecimentos adicionais relativos ao pedido de saldo.

#### **14. Contratualização de resultados no âmbito da candidatura**

**14.1** Nos termos do n.º 3 do artigo 6.º do Decreto-Lei n.º 159/2014, de 27 de outubro, o grau de cumprimento dos resultados acordados no âmbito de uma candidatura releva como critério de determinação do montante de apoio financeiro a conceder na operação em causa e no momento do pagamento do saldo final, bem como fator de ponderação no procedimento de seleção de candidaturas subsequentes dos mesmos beneficiários, independentemente dos fundos e das tipologias das operações.

Assim, o beneficiário deve apresentar na sua candidatura os indicadores de realização e de resultado (metas a atingir) a contratualizar com o IDR, IP-RAM, enquanto Autoridade de Gestão, que servem de ponderadores na aferição da relevância da operação.

**14.2** O grau de cumprimento ou incumprimento dos indicadores contratualizados é tido em consideração para efeitos de redução ou revogação do financiamento das candidaturas aprovadas, bem como no processo de avaliação de candidaturas subsequentes do mesmo beneficiário, destacando-se as seguintes regras:

i. Por cada ponto percentual de desvio negativo face aos resultados contratualizados, procede-se a uma redução de 0,5 % sobre a despesa total elegível apurada em sede de saldo final, até um máximo de 10%;

ii. A penalização prevista no ponto anterior não será aplicável quando os resultados a alcançar atinjam 85% dos resultados contratualizados;

iii. Se o nível de execução for inferior a 25%, face à média dos indicadores contratualizados, a operação é revogada, salvo pedido de revisão pelo beneficiário, aceite pelo IDR, IP-RAM com adequada fundamentação. Estas disposições não são aplicáveis às operações de reduzida dimensão

**14.3** Os resultados mínimos a contratualizar com a Autoridade de Gestão, com referência aos indicadores definidos para o Programa Madeira 14-20, são os descritos no quadro seguinte:

Tipo de Indicador	Código do	Designação do Indicador	Unidade de	Meta
Realização	O.09.01.04.P	Participantes em ações de trabalho socialmente necessário	N.º	Nº
Resultado	R.09.01.05.P	Participantes empregados 6 meses depois de terminada a participação em ações de	%	15%

## 15. Entidades responsáveis pela avaliação do mérito e pela decisão de financiamento

A análise do mérito da operação e a decisão da aprovação é da responsabilidade do Instituto de Desenvolvimento Regional, IP-RAM, Autoridade de Gestão do Madeira 14-20.

## 16. Regras de informação e comunicação sobre o financiamento das operações

Todas as ações de informação e comunicação, bem como qualquer produto desenvolvido ou documento relacionado com a operação apoiada devem reconhecer o apoio por fundos europeus, apresentando obrigatoriamente os logótipos do PO Madeira 14-20, do Portugal 2020 e da União Europeia, com referência ao Fundo Social Europeu (por extenso), de acordo com os respetivos manuais de normas gráficas.

O incumprimento das normas de informação e publicidade pode dar origem à redução do apoio, nos termos previstos na alínea f) do n.º 2 do artigo 18.º da Portaria n.º 95/2015, de 5 de junho, na sua atual redação.

## 17. Enquadramento das entidades e dos projetos face ao regime de Auxílios de Estado

Constituem requisitos de verificação da existência de um auxílio de Estado:

- Ter carácter público;
- Ser concedida uma vantagem a uma empresa potencial beneficiária;
- Ter uma dimensão de seletividade;

- Falsear ou ameaçar falsear a concorrência.

Considerando o exposto, com exceção do primeiro requisito, nenhum dos outros pode ser imputado a esta realidade. Com efeito, através do financiamento associado a esta tipologia, pretende-se apoiar projetos formativos desenvolvidos exclusivamente por pessoas coletivas de direito público. Assim, atendendo à natureza da intervenção prevista, não se identificam possibilidades de falsear a concorrência, nem tão pouco de conceder uma vantagem a uma empresa potencial beneficiária, desde logo pela própria natureza das entidades.

## **18. Elementos a enviar pelo beneficiário**

Além do preenchimento do formulário de candidatura na plataforma do SI FSE, bem como dos anexos exigidos nas instruções de preenchimento do formulário, a candidatura deverá ainda incluir os seguintes documentos:

### **18.1. Documentos relativos ao Beneficiário**

- a) Documentos comprovativos do cumprimento dos critérios de elegibilidade dos beneficiários, estipulados no artigo 13.º do Decreto-Lei n.º 159/2014 de 27 de outubro, na sua atual redação e da inexistência de impedimentos e condicionamentos estipulados no artigo 14.º do mesmo diploma legal, ou declaração em como a entidade cumpre os critérios constantes do referido artigo 13.º e não incorre em qualquer dos impedimentos e condicionamentos previstos no citado artigo 14.º, na sua atual redação;
- b) Declaração de desistência de candidatura anterior submetida para a mesma operação, caso a candidatura a apresentar tenha sido anteriormente submetida a qualquer outro instrumento de financiamento comunitário e no âmbito do qual ainda esteja a decorrer o processo de decisão ou em que a decisão sobre o pedido de financiamento tenha sido favorável.

### **18.2. Documentos relativos à Operação**

- a) Memória descritiva da Operação que inclua os seguintes aspetos:
  - Enquadramento geral da operação;
  - Enquadramento da Operação no Programa Madeira 14-20;
  - Descrição clara e pormenorizada da operação candidata a cofinanciamento;
  - Custos da operação e calendarização;
- b) Declaração relativamente ao cumprimento dos normativos comunitários, nacionais e regionais em matéria de igualdade de oportunidades entre homens e mulheres;
- c) Declaração relativa ao cumprimento das obrigações comunitárias, nacionais e regionais, em matéria de informação e publicidade, especificando as medidas concretas a implementar durante a execução e após a conclusão da operação;
- d) Apresentar informação precisa e objetiva sobre os indicadores de realização e de resultado da operação;
- e) Check list de igualdade de oportunidades (Anexo I);
- f) Declaração sobre conflito de interesses (Anexo II).

A candidatura deve ainda conter outra informação complementar que o proponente considere relevante para a demonstração das condições de elegibilidade do beneficiário e da operação, bem como para o cumprimento e concretização das Políticas

Públicas de Emprego.

## 18. Informações e esclarecimentos

Sem prejuízo da obtenção de informação adicional através do portal Portugal 2020 ([www.portugal2020.pt](http://www.portugal2020.pt)), pedidos de informação ou esclarecimento podem ainda ser efetuados através do site do Programa [Madeira 14-20](#) ou dirigidos para:

### **Autoridade de Gestão**

Instituto de Desenvolvimento Regional, IP-RAM

Travessa do Cabido, nº16

9000-715 Funchal

[idr@madeira.gov.pt](mailto:idr@madeira.gov.pt)

telefone: + 351 291214000

A Autoridade de Gestão do Madeira 14-20